

COLONIALISMO, PÓS-COLONIALISMO E COLONIALIDADE – LUGARES DE MEMÓRIA. PARA QUE SERVE UM MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS?

por

Rui M. Pereira¹

Resumo: No contexto europeu, o retorno do ideário colonialista tem feito o seu caminho de forma persistente. Com um passado tardo-colonial muito associado e valorado pelo regime ditatorial do Estado Novo, em Portugal a assunção da nostalgia colonial tem adotado cambiantes diversos, alguns acobertando-se sob o diáfano conceito da *lusofonia*, outros evocando a “épica dos Descobrimentos”. Essa colonialidade da memória impõe, de forma urgente e assertiva, uma reflexão e um debate sobre a necessidade de uma descolonialidade da memória e do saber que exponha a natureza assimétrica da colonização e o seu carácter agonístico.

Palavras-chave: Colonialismo; Museologia; Colonialidade; Descolonialidade.

Abstract: In the European context, the return of the colonialist ideas has made its way persistently. With a late-colonial past, associated and valued by the Estado Novo’s dictatorship, in Portugal the assumption of colonial nostalgia has different forms some hiding under the diaphanous concept of *Lusofonia*, others evoking the “epic of Discoveries”. This coloniality of the memory requires an urgent and assertive critical debate to foster a decoloniality both of memory and knowledge, exposing the asymmetrical nature of colonization and its agonistic character.

Keywords: Colonialism; Museology; Coloniality; Decoloniality.

INTRODUÇÃO

De forma algo sub-reptícia e com menos impacto mediático que as derivas populistas e totalitárias que nos últimos anos têm assolado os regimes democráticos europeus, o retorno do ideário colonialista tem feito o seu caminho de forma igualmente persistente.

¹ Professor Auxiliar na NOVA FCSH e investigador do Instituto de História Contemporânea (IHC/NOVA FCSH). Mais informação em: <<http://www.fcs.unl.pt/faculdade/docentes/rap>>.

Em França, muito recentemente, o lançamento de um número especial da revista *Valeurs Actuelles*, com o título “A verdadeira história das Colónias” e sob a epígrafe “Conquistar, Civilizar, Instruir”², lançou um intenso debate sobre a nostalgia colonial, à medida do êxito editorial daquele título, com sucessivas reimpressões esgotadas em banca. Uma edição graficamente cuidada, muito apelativa, exaltando os valores da colonização francesa, mas omitindo a discriminação racial, a escravatura, a exploração económica, a pilhagem, o saque, a violência colonial.

Com um passado tardo-colonial muito associado e valorado pelo regime ditatorial do Estado Novo, em Portugal a assunção da nostalgia colonial tem adotado cambiantes diversos, alguns acobertando-se sob o diáfano conceito da Lusofonia, outros evocando a “épica dos Descobrimentos”.

Essa colonialidade da memória impõe, por isso mesmo, de forma urgente e assertiva, uma reflexão e um debate sobre a necessidade de uma descolonização da memória e do saber que exponha a natureza assimétrica da colonização e o seu carácter agonístico, o racismo e a exploração económica, social e cultural que o colonialismo português tão bem encarnou.

COMEMORAR OU ELUDIR?

Nos finais dos anos 80 o Governo Português criou uma estrutura de missão com objetivo de evocar e comemorar o ciclo de datas da viagem de Vasco da Gama à costa do Malabar em 1498 e de Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (de ora em diante referenciada pela sua forma abreviada “Comissão dos Descobrimentos”).

Na nota preambular do Decreto-Lei instituidor evocava-se o seu contexto histórico:

Os descobrimentos de há 500 anos tiveram lugar num momento histórico em que o povo português, ultrapassada grave crise interna e externa, se lançou de forma coesa, sistemática e arrojada na prossecução de novos objectivos cuja realização assegurava a identidade e independência nacional, se inseria na defesa e projecção dos valores cristãos e contribuiu decisivamente para a abertura das vias do comércio internacional³.

² *Valeurs Actuelles*, “La vraie histoire des colonies”, hors-série n.º 14 (Paris: Compagnie Française de Journaux, 2018).

³ Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, I.ª Série, n.º 270, p. 3524. Acedido a 30 de Outubro, 2018: <<https://dre.pt/application/file/a/221440>>.

Relevam, nesta nota preambular, três tópicos: 1) a forma arrojada, sistemática e coesa da Expansão; 2) a defesa e projeção dos valores cristãos; 3) a abertura das vias do comércio internacional.

Ou seja, o arrojo, a coesão e a sistematização com que, passados 500 anos, se avalia e qualifica a Expansão, denotam um empenho laudatório na evocação daquele período da História de Portugal. E, numa reassunção do principal argumento do Estado Novo, a defesa e projeção dos valores cristãos — a “expansão da Fé”, como então se dizia e escrevia — anuncia uma surpreendente adesão aos princípios do colonialismo, com a subalternização das religiões e cosmogonias dos povos com que se foi entrando em contacto. Sem dúvida que a Expansão iniciada pelos Portugueses no séc. XVI acelerou muito acentuadamente a globalização do comércio, a tão evocada “abertura das vias do comércio internacional”, mas durante uma parte muito significativa do período da Expansão, e até nos 3 séculos seguintes, e pelo menos no que dizia respeito a África e às Américas, esse tal comércio internacional cresceu pela escravatura e através do tráfico negreiro.

Ora, conquanto entre 1986 e 2002⁴, por todos esses 16 anos, além do 5.º centenário das viagens de Gama e Cabral, se tenham evocado as memórias de várias outras datas do ciclo da Expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI, promovendo colóquios científicos e exposições, apoiando a investigação e incentivando ou editando fontes bibliográficas relacionadas com a História da Expansão, muito raramente essa evocação historiográfica e histórica se descentrou de uma visão eurocêntrica. O que equivale a dizer a Expansão, o tal “ciclo dos Descobrimentos”, foi quase sempre estudado e evocado por si mesmo, ignorando sobremaneira as políticas de dominação e sujeição, os resultados dessas políticas expressos nas múltiplas atrocidades cometidas, a destruição dos modos de vida e de produção económica e social das populações dominadas.

OS CICLOS COMEMORATIVOS

Por três vezes no século XX Portugal evocou e glorificou o seu passado imperial: uma 1.ª vez em 1934 com a Exposição Colonial no Porto; uma 2.ª vez em 1940, na ocasião do Duplo Centenário (Fundação da Nacionalidade em 1140

⁴ A extinção da Comissão dos Descobrimentos ocorre a 31 de Maio de 2002, no âmbito da Lei n.º 16-A/2002. Acedido a 30 de Outubro, 2018: <<https://data.dre.pt/eli/lei/16-a/2002/05/31/p/dre/pt/html>>. Extinção regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 252/2002, de 22 de Novembro. Acedido a 30 de Outubro, 2018: <<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/252/2002/11/22/p/dre/pt/html>>.

e Restauração da Independência em 1640), com a chamada Exposição do Mundo Português; uma 3.^a vez em 1986-2002, com o ciclo comemorativo promovido pela Comissão dos Descobrimentos.

Estas evocações memorialistas tiveram sempre um sentido político, tão evidente e assumido nos eventos do Estado Novo, e algo subliminar, como referimos acima, no caso da Comissão dos Descobrimentos.

A Exposição Colonial do Porto, em 1934-35, alinhada com a disposição constitucional do Ato Colonial de 1933⁵, conferiu ao Estado Novo uma identidade imperial e a reassunção da superioridade civilizacional sobre os povos colonizados, que o bulício e a instabilidade da I República tinha deixado num patamar de indefinição⁶.

A Exposição do Mundo Português, em 1940, reforçou a dimensão imperial e colocou a situação colonial no zénite da identidade nacional⁷.

O terceiro ciclo comemorativo da Expansão, as Comemorações dos Descobrimentos entre 1986 e 2002, ocorreu num contexto político muito diferente daqueles, em regime democrático pluripartidário, mais de 10 anos após a Revolução de Abril de 1974 e a consumação do processo da descolonização.

Se nos ciclos comemorativos anteriores, o de 1934-35 e o de 1940, não surpreende o carácter laudatório com que a expansão marítima e o colonialismo eram apresentados, no contexto pós-colonial do terceiro ciclo comemorativo, o

⁵ A peça jurídica fundamental, balizadora de toda política colonial do Estado Novo, foi a promulgação, em 1930, do Ato Colonial (Decreto-Lei n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930, Diário do Governo, 1.^a série, n.º 156. Acedido a 30 de Outubro, 2018: <<https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>>. Além da gestão da “questão indígena”, o Ato Colonial abarcava todos os outros domínios respeitantes à administração das parcelas coloniais, assumindo, desde logo, força constitucional por se fazer substituir ao capítulo V da Constituição então em vigor, a de 1911, em cuja reforma, a breve trecho, deveria vir a ser integrado. De facto, o artigo 132.º da Constituição de 1933 declarava que “são consideradas matéria constitucional as disposições do Ato Colonial”, conferindo-lhes assim natureza constitucional (Decreto n.º 22.241, de 22 de Fevereiro de 1933, “Promulga o Projecto de Constituição Política da República Portuguesa”, Diário de Governo, 1.^a série, n.º 43. Acedido a 30 de Outubro, 2018: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1933/02/04301/02270236.pdf>>.

⁶ O Congresso de Ciências Coloniais, em Setembro de 1934, que antecede a abertura da Exposição Colonial do Porto, reunindo dezenas de comunicações de peritos portugueses e não-portugueses nas mais diversas áreas relacionadas com o contexto colonial da época (antropologia, medicina, zoologia, botânica, hidrologia, geografia, pedologia, etc.) pretendeu estabelecer um ponto de situação sobre o conhecimento colonial que pudesse alicerçar as reivindicações do domínio colonial português. As comunicações foram reunidas e publicadas em 1935 em *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*.

⁷ Embora não se refira exclusiva e particularmente à Exposição do Mundo Português considero a investigação de Vera Marques Alves sobre o folclore durante o Estado Novo, fortemente vincado na realização da Exposição de 1940, como fundamental para o enquadramento e melhor compreensão do que foram as comemorações do chamado “duplo centenário” (fundação da nacionalidade em 1140 e restauração da independência em 1640): Vera Marques Alves, *Arte Popular e Nação no Estado Novo: a política folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013).

da Comissão dos Descobrimentos, ocorrido após a Revolução de 25 de Abril e a instauração do sistema de democracia representativa, que também implicou a independência política das colónias portuguesas, estranha-se a ausência de espessura crítica na análise de todo o complexo social, económico e cultural que acompanhou a Expansão e confluuiu na situação colonial.

Em bom rigor, nesse terceiro ciclo comemorativo devemos distinguir dois períodos: um primeiro que vai de 1986 a 1995 em que a Comissão dos Descobrimentos, sob a direção de Vasco Graça Moura, relevou, sobretudo, os aspetos culturais da Expansão, fosse no domínio da produção cultural europeia dos séculos XVI e XVII, fosse no acriticamente designado “encontro de culturas”; um segundo período, entre 1996 e 2002, já sob as direções de António Manuel Hespanha e Joaquim Romero Magalhães, em que se privilegiou a crítica de fontes e a “deslocalização” da análise do fenómeno da Expansão, chamando à colaboração com a Comissão dos Descobrimentos nomes como o do historiador indiano Sanjay Subrahmanyam.

No ano da glorificação de Vasco da Gama, quando Portugal chamou a si a organização da Exposição Universal sob o signo da abertura dos Oceanos, a Comissão dos Descobrimentos já dirigida por António Manuel Hespanha patrocinou a vinda a Portugal de Sanjay Subrahmanyam para um conjunto de conferências e a publicação, em língua portuguesa, do seu celebrado “The Career and the Legend of Vasco da Gama”⁸.

A investigação de Subrahmanyam sobre a Expansão Portuguesa faz-nos lembrar que a memória histórica também é situada. Quando em Portugal se recolocavam narrativas épicas e laudatórias sobre os “Descobrimentos Portugueses” no plano institucional⁹, foi absolutamente decisiva a visão “deslocalizada” de Subrahmanyam, a partir do “outro lado”.

Nessa última década do sec. XX de afirmação impante da temática da Expansão e dos Descobrimentos, promoviam-se institucionalmente autores que privilegiavam o lado historiográfico, quando muito o de uma certa história da cultura e das

⁸ Sanjay Subrahmanyam, *The Career and the Legend of Vasco da Gama* (Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1997) e, na edição portuguesa, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama* (Lisboa: CNCDP, 1998). De Subrahmanyam já tinha sido publicado em Portugal, *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700* (Lisboa: Edições 70, 1994); e no ano seguinte, *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma História Política e Económica* (Lisboa: Difel, 1995).

⁹ Apoios institucionais de vulto, também de algum sector privado, como a Banca, permitiram uma prolixa produção em torno da evocação épica dos “descobrimentos”. Entre muitos outros permite-se destacar: Luís Adão da Fonseca e José Adriano de Carvalho, *O Atlântico: a memória de um Oceano. A descoberta do Oceano: saga e memória (sec. XI-XVI)* (Porto: Banco Português do Atlântico, 1996); Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época* (Lisboa: Expo 98, 1998); Artur Teodoro de Matos, *O Império Colonial Português no início do século XVII: elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas* (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995).

mentalidades, pouco atinentes com uma história económica e social do fenómeno a qual, de resto, tinha tido um excelente início e avanço em Portugal, décadas antes, décadas de 50 e 60, com Vitorino Magalhães Godinho e estava a ser praticada por muitos outros igualmente ignorados pelas instituições oficiais portuguesas¹⁰.

Apesar de Magalhães Godinho ter feito publicar anos antes os 4 volumes de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*¹¹, de ser o mais reconhecido historiador português nos meios académicos internacionais, professor catedrático com vastíssima obra editada em diversas línguas, muito significativamente em todo o período de vigência do 3.º ciclo comemorativo, em qualquer uma das suas subfases, não ficou registada uma sua única colaboração com a Comissão dos Descobrimentos.

Monitorando a múltipla, diversificada e prolixa atividade científica, editorial e expositiva da Comissão dos Descobrimentos, com exceção do período em que foi dirigida por António Manuel Hespanha, dificilmente encontramos qualquer produção que nos remeta para uma visão dos “efeitos colaterais”¹², das consequências nas tais “zonas de contacto” referidas por Mary Louise Pratt.

O conceito “zona de contacto” refere-se “... aos espaços sociais nos quais as culturas se encontram, se confrontam e lutam entre si, frequentemente em contextos de relações de poder significativamente assimétricas, tais como o colonialismo, a escravatura ou as suas consequências tal como são vividas atualmente em muitas partes do mundo”¹³.

¹⁰ Para citar os 2 exemplos mais gritantes com as edições de coletâneas de estudos sobre a Expansão, cujos mentores e principais autores não figuram entre os colaboradores do programa comemorativo da Comissão dos Descobrimentos: A.H. Oliveira Marques e Joel Serrão (eds.), *Nova História da Expansão Portuguesa* (Lisboa: Presença, 11 vols., 1992-2001); Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri (eds.), *História da Expansão Portuguesa* (Lisboa: Círculo de Leitores, 5 vols., 1995).

¹¹ Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (Lisboa: Presença, 4 vols., 1982).

¹² A exposição “Culturas do Índico” promovida pela Comissão dos Descobrimentos no Museu Nacional de Arte Antiga entre Junho e Setembro de 1998, comissariada por Rosa Maria Perez, antecedida pelo colóquio internacional “A Expansão Portuguesa e as Culturas do Oceano Índico” em Setembro de 1997, constituíram notáveis exceções em que, parafraseando A. M. Hespanha, se colocava “a insistência no ‘olhar dos outros’, a recusa do etnocentrismo, o descentramento da gesta portuguesa...” para procurar revelar “...o Oriente inabsorvível, incompreensível, indomável, radical e escandalosamente outro que os nossos cronistas não descreveram, que os nossos santos não catequizaram, que os nossos heróis não conquistaram, que os nossos reis não governaram, que os nossos mercadores nunca compraram, que os nossos sábios não entenderam, que os nossos salões não exibiram e que, finalmente, os nossos antropólogos exotizaram”. António Manuel Hespanha, “Editorial”, in “Culturas do Índico”, *Oceanos*, 34 (Lisboa: CNCDP, 1998), p. 7.

¹³ “...social spaces where cultures meet, clash and grapple with each other, often in contexts of highly asymmetrical relations of power, such as colonialism, slavery, or their aftermaths as they lived out in many parts of the world today”, Mary Louise Pratt, “Arts of the Contact Zone”, *Profession* (New York: Modern Language Association, 1991), p. 34.

Este conceito revela-se muito importante para reavaliarmos o discurso sobre colonialismo e pós-colonialismo e deve ser cruzado com outros conceitos que têm vindo a ser elaborados nos últimos 20 anos, na periferia do estabelecido e situado conhecimento ocidental e, talvez por isso mesmo, relativamente ignorados ou, mesmo quando referidos, inconsequentemente assumidos.

COLONIALIDADE E DESCOLONIALIDADE DO SABER

Nos 20 anos que se seguiram à publicação de “Orientalismo”¹⁴ de Edward Saïd, entre 1978 e 1998, desenvolveu-se um movimento de deslocalização e descentramento epistemológico refletindo sobre a história e as histórias do contacto entre a Europa e as outras partes do Mundo¹⁵. Os estudos pós-coloniais, podemos chamar-lhes assim, começaram por se desenvolver no campo dos estudos literários, antes mesmo de ocorrerem na área mais vasta dos estudos sociais. Muito significativamente a produção mais pertinente nessa área proveio de autores de países outrora colonizados, com particular destaque para académicos e críticos literários indianos, como Gauri Viswanathan. Em *Masks of Conquest: Literary Study and British Rule in India* Viswanathan demonstra como uma grande parte das funções tradicionalmente associadas ao estudo da literatura nas academias ocidentais, como o desenvolvimento do sentido estético ou o pensamento ético, quando aplicadas à análise das produções literárias “periféricas”, foram essenciais para a afirmação de uma ideologia do poder e uma prática de controlo social das populações colonizadas¹⁶.

¹⁴ Em Portugal, muito significativamente, só seria publicado mais de 25 anos depois, eximindo-se assim a todo o período comemorativo dos “Descobrimentos”: Edward Saïd, *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente* (Lisboa: Cotovia, 2004).

¹⁵ De que os nomes mais importantes, numa lista manifestamente incompleta, são Talal Asad, “Genealogies of Religion. Discipline and Reasons of Power”, in *Christianity and Islam* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993); Gayatri Chakravorty Spivak, *Can the subaltern speak?* (Basingstoke: Macmillan, 1988); Homi K. Bhabha, “Representation and the colonial text: a critical exploration of some forms of mimeticism”, in *The Theory of Reading*, ed. Frank Gloversmith (Sussex: Harvester Press, 1984); Abdul R. JanMohamed, *Manichean Aesthetics: The Politics of Literature in Colonial Africa* (Amherst: University of Massachusetts Press, 1984) e V. Y. Mudimbe, *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge* (Bloomington: Indiana University Press, 1988).

¹⁶ Nas primeiras linhas do seu texto Viswanathan reconhece a enorme influência de Gramsci: “The work draws upon the illuminating insight of Antonio Gramsci, writing on the relations of culture and power, that cultural domination works by consent and can (and often does) precede conquest by force”. Gauri Viswanathan, *Masks of Conquest: Literary Study and British Rule in India* (New York: Columbia University Press, 1989), p. 1.

Em Portugal esse movimento de descentramento epistemológico passou praticamente despercebido e se não considerarmos os esforços de António Manuel Hespanha no período 1995-1998, e de Boaventura de Sousa Santos a partir de 1995¹⁷, o pós-colonialismo pouco mais foi considerado do que uma etapa cronológica, como se fosse apenas aquele período que se seguiu ao fim dos regimes coloniais.

Essa falta de espessura crítica, que de resto não é exclusiva da academia portuguesa, resultou, sobretudo, da incapacidade em deixar de colocar as categorias mentais e os conceitos operatórios do mundo ocidental no centro da produção do saber.

O Ocidente não só construiu uma imagem da alteridade, a que mais lhe convinha, como, nessa lógica de espelho, construiu e propagou a sua própria imagem e o seu próprio saber, imbricados e alicerçados em lógicas de poder tendencial e permanentemente assimétricas.

A partir do séc. XVI e das viagens da Expansão e, mais tarde, com as viagens de exploração do XVIII para o XIX, o Ocidente constituiu um reportório semântico-cognitivo que enquadrou a expansão do capitalismo para as áreas coloniais, assente em relações assimétricas e de dominação política, económica e cultural.

Essa dominação e toda essa assimetria deixaram o seu lastro nas áreas do conhecimento e do saber, a tal colonialidade do saber que autores como Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter Mignolo têm vindo a referir como enformando os mecanismos cognitivos de apreensão e reflexão sobre as culturas e sociedades de periferia, as sociedades colonizadas e/ou subalternizadas¹⁸.

O IMPÉRIO CONTRA-ATACA

Entre nós, não apenas no espaço de comunicação pública, mas também no meio académico, multiplicam-se e prevalecem as produções, as posições, os conceitos e as categorias científicas marcadas por uma evidente colonialidade.

¹⁷ Nomeadamente o muito importante conceito “epistemologias do Sul” desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos em *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition* (New York: Routledge, 1995).

¹⁸ Apenas como indicação de leitura, a quem não os conheça, deixo aqui a referência dos textos fundamentais destes autores sobre a temática da colonialidade do saber (na ordem cronológica das 1.ªs edições): Aníbal Quijano, “Coloniality and Modernity/Rationality”, *Cultural Studies*, 21, 2, Oxford: Routledge (2007): pp. 168-178, 1.ª edição em 1991; Enrique Dussel, *El encubrimiento del Indio: hacia el origen del mito de la modernidad* (México: Editorial Cambio XXI, 1994), 1.ª edição 1992; Walter D. Mignolo, “Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom”, *Theory, Culture & Society*, vol. 26, 7-8, Los Angeles: SAGE (2009), pp. 159-181.

Vou deixar aqui dois exemplos, um primeiro sinalizando-o apenas, porque o espaço desta publicação não permite tratá-lo em toda a sua dimensão; um segundo, com uma atualidade premente, atravessando os últimos 3 anos de debate na Academia e na sociedade, permite-nos estabelecer um diagnóstico, preocupante, sobre a durabilidade do paradigma colonial, mesmo que subsumido sob a capa da diversidade e contacto cultural.

O primeiro exemplo refere-se ao conceito, diria antes categoria, da Lusofonia. Não que os países e os povos não se possam reconhecer e associar em nome da partilha, em parte pelo menos, de uma língua comum. Mas devemos-nos interrogar sobre todas as implicações que daí decorrem, p. ex., até no campo científico.

As questões que, a este propósito, temos de colocar são as seguintes: Porque existe – e confrontamo-nos recorrentemente com essa situação em várias áreas do conhecimento – uma espécie de partilha dos campos de interesse científico, à imagem e semelhança da partilha colonial que resultou da Conferência de Berlim em 1884-1885? Porque razão privilegiamos nós, na Academia portuguesa, o estudo de realidades sociais e culturais das ex-colónias portuguesas, como se nos assistisse uma espécie de direito natural de posse sobre o conhecimento daqueles povos e daquelas sociedades?

Na realidade as conferências, os seminários, os encontros científicos, estipulando um recorte epistemológico socio-político-linguístico da Lusofonia são recorrentes em várias áreas das ciências sociais¹⁹.

O segundo exemplo trouxe para o espaço público de discussão, nos jornais e na comunicação social em geral, a possibilidade da criação em Lisboa de um designado “Museu dos Descobrimentos”, ou das “Descobertas”, ou da “Viagem”, nas suas derivas mais recentes.

O propósito de Fernando Medina, candidato vencedor das eleições autárquicas de Lisboa em Outubro de 2017, era o de fazer construir na capital um espaço museológico que celebrasse o papel de Portugal na descoberta do Mundo, quando iniciou o seu ciclo de expansão marítima nas primeiras décadas do sec. XV.

¹⁹ Evitando ser exaustivo e apenas evocando as situações mais recentes como: III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia (Braga, Novembro 2017); II Congresso Lusófono de Ciência das Religiões (Lisboa, Maio 2017); II Encontro Lusófono Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural (Coimbra, Setembro 2016). Uma referência especial aos CONLAB – Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que em Dezembro de 2018, em S. Paulo, conhece a sua 13.^a edição sob o tema “África, Diásporas e Diálogo Sul-Sul. Descolonizando as Ciências Sociais e Humanas”, que se tem vindo a distanciar das perspetivas “lusófonas” e “lusitanistas” que marcaram as primeiras edições (o 1.^a CONLAB ocorreu em 1990, Coimbra).

Era como se Portugal iniciasse um 4.º ciclo comemorativo, repondo a memória de uma pretensa história de sucesso, a tal ideia de que a epopeia de Quinhentos “deu mundos ao Mundo” e de que Lisboa poderia, neste seu atual pretenso papel de encontro e diversidade cultural, restaurar o sentido da História, um qualquer sentido da História.

Na realidade seria, à semelhança do que aconteceu entre 1986 e 2002, e para recuperar uma expressão feliz de Diogo Ramada Curto, a reassunção de “uma cartilha de lugares-comuns, que passaram incólumes do Estado Novo para o Portugal democrático”²⁰.

Os mesmos lugares-comuns, os mesmos perigosos porque acrílicos lugares-comuns que afirmavam a grande tolerância racial dos portugueses, mas esquecendo ou atenuando a escravatura; que propalavam a miscigenação cultural, mas obliterando a imposição violenta dos valores culturais europeus; que defendia a integração das sociedades colonizadas, mas fazendo por ignorar a desestruturação e subordinação dos mecanismos de reprodução social e económica aos ditames de uma economia orientada aos interesses do desenvolvimento do capitalismo ocidental; em resumo, uma História de reiterada violência sobre os povos dominados e colonizados e acentuadamente assimétrica e agonística como foram todas as fases da expansão ocidental, todas, sem exceção e no culminar do período tardo-colonial.

Que 40 e tal anos após a conclusão das descolonizações se considere a hipótese de montar um discurso museológico que se não glorifica, pelo menos omite conscientemente os “danos colaterais” da expansão europeia, e que académicos de todos os quadrantes, historiadores e cientistas sociais cinjam o debate a uma questão pouco mais que semântica, dá-nos bem a ideia do quanto está por fazer.

E alerta-nos de como é urgente, imperativo mesmo, um amplo esforço de resistência ao memorialismo colonial e que a tarefa que se impõe, antes de todas as outras, é um exercício de descolonização do conhecimento.

Porque se a ideia for a de construir um Museu dos Descobrimentos, das Descobertas, da Viagem ou qualquer outra designação que se lhe queira dar, não se poderá deixar de musealizar, também, toda a violência, a permanente violência da expansão europeia dos séculos XV a XVIII.

Poder-se-á começar pela “tomada” de Ceuta, em 21 de Agosto de 1415: ter-se-á que figurar a pilhagem, o saque e a mortandade que acompanharam a entrada na cidade e talvez em memória dos saqueadores e algozes de Ceuta se possa içar no dia de inauguração desse tal “Museu da Descoberta” (ou da “Viagem”, como a

²⁰ Diogo Ramada Curto, “Atraso na História”, jornal *Expresso*, edição digital de 7 de Maio, 2018. Acedido a 30 Outubro, 2018: <<https://expresso.sapo.pt/blogs/2018-05-07-Atraso-da-historia#gs.GekF78g>>.

certa altura Fernando Medina o queria designar) a bandeira de Lisboa, a mesma que o rei mandou João Vaz de Almada içar na torre mais alta do castelo mouro:

“... disse elRey, uaão chamar Joham Vaaz dAlmadaa que traz a bamdeyra de sam Viçemte, e digamlhe da minha parte que a uaa loguo poer sobre a mais alta torre”²¹.

No já imaginado circuito expositivo desse “Museu da Viagem”, em Lisboa, por certo haveria espaço para um outro diorama de evocação das viagens dos navios negreiros que cruzavam o Atlântico Sul por todos os séculos XVI a XIX, ajaezados com milhões de africanos violentamente conduzidos à escravatura; num outro diorama talvez se pudessem evocar as viagens punitivas de Afonso de Albuquerque no Índico e as suas “conquistas” no Oriente, na verdade os saques e massacres de Ormuz, Goa e Malaca, que lhe valeram o cognome, seguramente não por benfeitorias ou ação filantrópica, de o “Terrível”; e se espaço houvesse, e para não se ficar apenas por evocações de séculos mais distantes, poder-se-iam evocar as memórias do trabalho forçado, das culturas obrigatórias e dos castigos corporais do tardo-colonialismo português que perdurou até 1974. Porque o Colonialismo foi, é preciso lembrar, o desenvolvimento histórico desse movimento de expansão, conquista, comércio, tráfico, escravatura, exploração, racismo e discriminação iniciado em Agosto de 1415.

Concludentemente, para não situar a questão apenas na semântica, mas desta retirar todas consequências, se Lisboa tiver que ter um Museu que se referencie à História comum dessas zonas de contacto, então que se chame de *Museu do Colonialismo*, um museu de “memórias inteiras”.

²¹ “...disse o Rei, vão chamar João Vaz de Almada que traz a bandeira de S. Vicente e digam-lhe da minha parte que a vá logo pôr sobre a mais alta torre.” [transcrição minha, a partir de “Capitullo LXXXVI – Como Joham Vaaz dAlmadaa foy poer a bamdeyra da çidade de Lixboa sobre as torres do castello”, in *Gomes Eanes de Zurara – Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915), p. 231.